

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Tarifa pode subir até 3% com venda da Eletrobrás](#) 11

Valor Econômico

[Título: Privatização da Eletrobras pode elevar tarifa em até 3,34%](#) 14

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Disparada do petróleo estimula a retomada de investimentos 2

Título: Pezão quer pedir dinheiro de leilões à União 5

Título: Governo já planeja leiloar usina de Tucuruí e levantar até R\$ 15 bi 6

Título: Após Lava-Jato, Petrobras lança campanha 7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo8

Título: Mergulhador	8
Título: Biomassa como energia sustentável.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: » Luz.	11
Título: Tarifa pode subir até 3% com venda da Eletrobrás	11
Título: Contrato para pré-sal pode ser variável	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Privatização da Eletrobras pode elevar tarifa em até 3,34%.....	14
Título: BNDES prevê desembolsos de R\$ 13,3 bi para energia neste ano	16
Título: Reajustes de preço do GLP afetam também a indústria	17
Título: Macri pede que EUA deixem de comprar petróleo da Venezuela	19
Título: Taesa vai disputar grandes linhas em leilão	21
Título: EDF vai priorizar projeto novo no Brasil	22
Título: Encomenda da ABB cresce 18% no país	23
Título: Realização recente afeta ações que mais subiram no ano	25
Título: Petrobras volta a fazer publicidade	25
Título: ArcelorMittal negocia com Cade fusão com Votorantim	26
Título: Venda de aços especiais ajuda balanço da Gerdau	27
Título: Refinarias da Petrobras poderão emitir certificados no RenovaBio.....	29
Título: Oferta da Neoenergia pode girar R\$ 2,856 bi.....	30

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez, Rennan Setti e Bruno Rosa

Título: Disparada do petróleo estimula a retomada de investimentos

Barril teve alta de 19,9% desde setembro, e consumidor já sente no bolso

A turbulência política no Oriente Médio acelerou a escalada do preço do barril de petróleo no mercado internacional, cujo tipo Brent já subiu 19,9% desde setembro na esteira de novos cortes na produção global e ultrapassou o patamar dos US\$ 60. Bancos e instituições passaram a apostar que há fôlego

para que a commodity alcance até US\$ 75 nos próximos meses. Para os analistas, a alta é benéfica para as petroleiras, que serão estimuladas a retomarem investimentos. A notícia é particularmente importante para o Brasil, que tem programados para 2018 três leilões de blocos de exploração de petróleo.

— O valor maior do preço do barril do petróleo impulsiona os investimentos, pois as empresas vendem o seu produto mais caro. Mas é importante ressaltar que o câmbio também tem sua importância nessa conta — explica o consultor David Zylbersztajn.

Nos últimos dois meses, a commodity já vinha reagindo a especulações de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) decidirá no fim do mês, em evento em Viena, estender o corte da produção, previsto para acabar em março. A tendência se acentuou nos últimos dias com a turbulência política interna na Arábia Saudita, após a prisão de ao menos 11 príncipes acusados de corrupção, e as acusações do reino saudita contra o Irã. Riad afirmou que Teerã é diretamente responsável por um ataque na capital saudita na semana passada, que classificou de "ato de guerra"!

BANCOS VEEM US\$ 60 COMO PISO PARA O BARRIL

Ontem, o petróleo deu uma trégua na tendência de alta, e o Brent caiu 0,39%, para US\$ 63,44. A commodity reagiu à divulgação de crescimento inesperado dos estoques americanos do produto na semana passada, com avanço de 0,7% na produção. Mas isso não freou as revisões para os preços. O Bank of America Merrill Lynch, por exemplo, afirmou que o Brent pode atingir pico de US\$ 75 nos próximos meses.

Já o Barclays aumentou de US\$ 54 para US\$ 60 sua previsão para o fim do quarto trimestre deste ano, observando que o produto tem fôlego para atingir US\$ 70 antes disso. Já o JPMorgan elevou em US\$ 11,40 sua estimativa para o valor médio no ano que vem, para US\$ 58. O BMI Research, ligado à Fitch, projeta que o Brent pode valer, em média, US\$ 63 em 2019 e US\$ 70 em 2020. — A tomada de decisão de investimentos não é feita de um dia para o outro, mas certamente com a alta o setor começa a ficar cada vez mais atraente. É importante se tiver uma indústria de petróleo mostrando capacidade de fazer investimentos — destacou o economista Marcel Caparoz, da RC Consultores.

Tanto Caparoz quanto Zylbersztajn não acre-ditam que um patamar muito elevado de preços seja sustentável para o petróleo. Para o consultor, apenas se as tensões se acirrarem e houver restrição de oferta o barril continuará subindo. O economista da RC complementa: a Opep não manda hoje sozinha no mercado, que conta com novos entrantes como o Brasil, e quanto maior a

cotação, mais estímulo há para o rápido aumento de produção de petróleo e gás não convencional nos EUA.

PRESSÃO SOBRE PREÇO DE DERIVADOS

Se injeta ânimo nas petroleiras, a escalada do preço do petróleo é uma dor de cabeça para quem consome seus derivados. Há o peso direto no bolso do consumidor, com aumentos da gasolina e do GLP, o gás de botijão. E, lembra Zylbersztajn, o impacto da alta dos combustíveis se estende por toda a cadeia da economia, por ser particularmente elevado sobre os fretes.

Com a nova política de reajustes da Petrobras, que acompanha de perto a variação internacional da cotação, em base diária dependendo do derivado, faz com que os reflexos sejam sentidos ainda mais rapidamente. Somente de janeiro até ontem, a gasolina teve aumento de 5,6% nas refinarias, enquanto o diesel subiu 11,5%, segundo o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). A alta do botijão de gás residencial foi de 55,4% nas refinarias.

O impacto da recente escalada internacional do petróleo é claro sobre os preços no Brasil: no acumulado de janeiro até 30 de outubro, a gasolina tinha redução de 4%, enquanto a alta do diesel era quase a metade, de 5,9%.

— A alta dos preços do petróleo beneficia a Petrobras se a companhia continuar com sua política de preços de variações diárias nos preços dos combustíveis, assim como aumenta suas receitas com exportações de petróleo. Mas o lado negativo é o reflexo em outros setores da economia, como alta nos fretes, pressão na inflação, que provocará alta dos juros, e com isso o país terá maior dificuldades em sua recuperação econômica — alertou Caparoz.

GASOLINA SUBIU MUITO ACIMA DO IPCA

Pelo dados do IPCA, a inflação oficial medida pelo IBGE, para os consumidores o aumento médio da gasolina entre janeiro e setembro é de 4,57%, uma variação duas vezes e meia superior à do índice geral de 1,78% no mesmo período. O diesel subiu 4,52% nos nove primeiros meses deste ano.

Segundo o economista Paulo Bruck, a gasolina é um dos maiores pesos no orçamento familiar, respondendo por 4 pontos percentuais da inflação geral (o IPCA geral é menor porque o item alimentação tem tido seguidas e consideráveis quedas de preço). — Esse aumento da gasolina é reflexo também do reajuste do PIS/Confins. A alta do petróleo ocorre em um período em que a inflação está baixa. E tem espaço para absorver. Acredito que ainda não vai afetar (o IPCA) num período curto — ponderou Bruck.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danielle Nogueira****Título: Pezão quer pedir dinheiro de leilões à União**

Em evento no Porto do Açu, governador defende projeto de ferrovia entre Rio e Espírito Santo

-São João da Barra- O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, disse ontem que pedirá à União parte dos recursos arrecadados com os leilões promovidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) correspondentes aos blocos localizados na região do litoral fluminense. Em evento no Porto do Açu, em São João da Barra, norte do estado, o governador defendeu o empresário Eike Batista, a quem se referiu como "visionário" embora diga que ele cometeu "erros". Eike idealizou o porto, que hoje pertence à Prumo Logística. O empresário chegou a ser preso, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. Hoje, cumpre recolhimento domiciliar, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF).

— Estamos pedindo, não custa nada a gente pedir, o dinheiro do leilão de petróleo dessa região toda. Os bônus de assinatura, a gente não tem participação. A gente só vai ter recurso lá na frente. A gente tem que ter esse recurso de volta. O empresariado tem que se unir com a gente.

Pezão não especificou a qual leilão se referia. No mês passado, a 2a. e a 3a. rodadas do pré-sal renderam R\$ 6,1 bilhões.

Ontem, Pezão e o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB), assinaram carta endereçada ao presidente Michel Temer, defendendo a instalação de um corredor ferroviário entre os dois estados. O projeto, de R\$ 5,5 bilhões, está parado no Ministério dos Transportes. O documento será entregue a Temer na próxima semana. A pressão política ocorre num momento em que o Estado do Rio passa por dificuldades, com atrasos de salários de servidores e recursos insuficientes para investir em infraestrutura e áreas como saúde e segurança.

A ferrovia, batizada de EF-118 e com extensão de 577 quilômetros, ligaria as cidades de Rio e Vitória, passando pelo Porto do Açu e pelo Porto Central, em Presidente Kennedy (ES). Este último está em fase de licenciamento ambiental.

A expectativa, caso o projeto saia do papel, é que cargas como minério de ferro e produtos siderúrgicos, possam ser transportadas pelo corredor ferroviário e exportadas pelos dois portos. A linha férrea seria alternativa ao escoamento de

grãos do Centro-Oeste, uma vez que vai se conectar à ferrovia que liga o Rio a Santos, principal exportador de commodities agrícolas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck e Manoel Ventura

Título: Governo já planeja leiloar usina de Tucuruí e levantar até R\$ 15 bi

Ação seria plano B caso privatização da Eletrobras não renda o esperado

-Brasília- Preocupada em garantir o fechamento das contas públicas de 2018, a equipe econômica já trabalha com um plano B para assegurar, pelo menos, as receitas extraordinárias decorrentes da privatização da Eletrobras no ano que vem. Como a operação que envolve a estatal é complexa e depende da aprovação de projetos de lei no Congresso, os técnicos estudam a possibilidade de leiloar a concessão da usina de Tucuruí, no Pará, para arrecadar entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões.

Os integrantes do governo explicam que esse dinheiro poderia compensar uma frustração com o processo de privatização da Eletrobras. Maior usina em operação 100% em território nacional, Tucuruí tem hoje um contrato de concessão que se encerra em 2024. A usina de Belo Monte, também no Pará, ainda não opera com toda a sua capacidade e Itaipu é dividida com o Paraguai.

Pertencente à Eletronorte, subsidiária da Eletrobras, a hidrelétrica tem mais de 8 mil megawatts (MW) de capacidade de geração de energia. Por isso, a equipe econômica trata Tucuruí como um "colchão de segurança" caso a privatização da Eletrobras não atinja o resultado esperado. Para integrantes do governo, há espaço jurídico para fazer a operação, sem necessidade de alterar a legislação atual.

O plano de leiloar Tucuruí leva em conta uma lei de 2013, que permite a prorrogação antecipada das concessões prestes a vencer, desde que a usina passe a operar sendo remunerada a preços fixos pela energia gerada. Essa opção seria oferecida à Eletrobras. Com a recusa da estatal, o governo teria caminho livre para fazer um novo leilão, segundo fontes da área econômica. Em troca da energia dessas hidrelétricas e da possibilidade de comercializá-la livremente, o novo controlador teria de fazer um pagamento bilionário à União.

CONTRATO COM INDÚSTRIAS DA REGIÃO

A estratégia é diferente da adotada no caso das usinas da Cemig. Nelas, o governo esperou as concessões vencerem para fazer o leilão. As quatro hidrelétricas foram leiloadas neste ano. Com elas, o governo arrecadou R\$ 12,13 bilhões, depois de vencer uma guerra judicial com a estatal mineira e conseguir fazer a licitação. Houve um ágio de mais de R\$ 1 bilhão.

O valor líquido da arrecadação com Tucuruí, no entanto, pode ser menor que o potencial total da hidrelétrica. Essa usina tem contratos assinados na época da construção do empreendimento, e que valem até 2024, para comercializar eletricidade com indústrias instaladas na região. A energia não poderia ser comercializada ou as empresas que têm os contratos por mais seis anos teriam que ser indenizadas.

O governo aposta no setor elétrico para fechar as contas públicas em 2018 — a previsão é de um rombo de R\$ 159 bilhões. Depois de tirar, por pressão política, o aeroporto de Congonhas (SP) da lista das privatizações, o governo elevou para R\$ 12,2 bilhões a previsão de arrecadação para o Tesouro com a privatização da Eletrobras. Apesar de manter Tucuruí como "colchão de segurança", o governo aposta todas as suas fichas em 2018 na venda da estatal de energia. A promessa é mandar para o Congresso Nacional até a próxima semana os projetos necessários para privatizar a empresa. Os textos já estão na Casa Civil da Presidência da República.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: Após Lava-Jato, Petrobras lança campanha

Na 1a. mudança em 14 anos, estatal lança o mote "Uma jornada pelo conhecimento"

Após ver sua imagem afetada com os casos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato, a Petrobras está fazendo seu primeiro reposicionamento de marca desde 2003. Sai de cena a assinatura "A energia é o nosso desafio" para entrar o mote "Uma jornada pelo conhecimento"! O objetivo é melhorar a reputação e reconstruir a imagem da companhia, diz Eraldo Carneiro, gerente de Marcas, Publicidade e Mídias da estatal.

— A Petrobras passou por um momento muito difícil. Está sendo ainda. Queremos resgatar a trilha do crescimento. O objetivo é que as pessoas identifiquem a marca de forma simples. A marca sofreu muito nos últimos anos. Vamos reconstruir a imagem da companhia, pois nossa reputação está bastante abalada. Precisamos sair da comunicação reativa — disse Eraldo.

O primeiro comercial, que mostra a relação de crianças com a ciência, será veiculado a partir de sábado. A campanha foi produzida pela agência de publicidade DPZ&T. É também a primeira peça produzida pela agência, que venceu a licitação feita pela estatal este ano. A DPZ&T e a Propeg dividem verba de R\$ 550 milhões por dois anos.

— Reconstruir a reputação da empresa é uma jornada que será longa e é de dentro para fora — disse o presidente da agência DPZ&T, Edu Simon.

Na nova estratégia, a Petrobras vai investir na produção de conteúdo. Por isso, anunciou parceria com a "National Geographic". O programa vai contar a história de cientistas brasileiros que trabalharam na descoberta do pré-sal. Em coletiva, a estatal destacou parceria com O GLOBO, como o Wired Festival Brasil 2017.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Matias Spektor

Título: Mergulhador

A maior contribuição da Lava Jato à segurança nacional é a limpeza recém-iniciada no programa nuclear. Das usinas em Angra ao submarino nuclear, o Brasil assiste a um processo incipiente, mas necessário, de ajuste de contas em sua tecnologia mais sensível.

Há gente na Marinha que quer fazer a limpeza, trocando pessoas, arrumando orçamentos, ajustando prazos e começando um relacionamento com o Ministério Público. Além disso, o governo acaba de dar início ao difícil processo de atualização do velho marco regulatório da energia nuclear, que não faz jus ao atual tamanho do setor.

Ocorre que a limpeza, assim como as investigações da Lava Jato que a ela deram origem, tem numerosos inimigos. O mais notório deles é o almirante reformado Othon Luiz Pinheiro da Silva, codinome "Mergulhador" nas planilhas da Odebrecht.

Condenado pelo juiz Marcelo Bretas a 43 anos de prisão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, embaraço à investigação, evasão de divisas e organização criminosa, "Mergulhador" teria recebido pagamentos ilícitos de Andrade Gutierrez, Engevix e Odebrecht. Há um mês, Othon ganhou o direito a recorrer da sentença em liberdade. Em entrevistas à imprensa, ele vem tentando ganhar adesões para um eventual pedido de indulto, ideia apresentada ao público pelo deputado Wadih Damous (PT-RJ).

O argumento a favor do indulto é que Othon pode ter cometido crimes contra o erário, mas contribuiu para o desenvolvimento nacional. Para reforçar a imagem de patriota injustiçado, Othon denuncia um suposto conluio internacional para leva-lo à prisão, sem apontar acusados ou evidências. Nesta semana, ele foi além: em depoimento à Folha, afirmou que o Brasil poderia fazer uma bomba atômica em quatro meses. O dado, contudo, é falso. O Brasil não possui estoque de material físsil para uma bomba, não enriquece ou reprocessa urânio nesse nível ou para esse fim e fez uma opção pelo não desenvolvimento de tecnologias de explosão nuclear.

Inverídica, a frase sobre a bomba golpeia a credibilidade acumulada pela Marinha e pela diplomacia durante 30 anos de vida democrática. Fosse verdade a assertiva, a Marinha estaria trapaceando a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o TCU, o Congresso, o Ministério da Defesa e a Agência Internacional de Energia Atômica. Felizmente, as palavras não passam de uma patacoada.

Disseminar informação inverídica para salvar a própria pele é desleal com uma sociedade que aprendeu a desenvolver tecnologia nuclear de ponta na mais estrita observância da Constituição e de suas obrigações internacionais. A Lava Jato nuclear acaba de começar, e ainda é cedo para saber qual lado vai ganhar. MATIAS SPEKTOR escreve às quintas nesta coluna.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Tendências / Debates

Autor: Suzana Kahn

Título: Biomassa como energia sustentável

A despeito de Donald Trump, o Acordo de Paris constitui um marco histórico que encaminha inevitavelmente o mundo para uma economia de baixo carbono, uma vez que se trata de um bom negócio por criar oportunidades e mercados para novas tecnologias. Por mais que se estimulem processos inclusivos, participativos e transparentes — como o chamado Diálogo Talanoa, sugerido pelo presidente da COP-23 (Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, que vai até o dia 17, em Bonn, na Alemanha)—, dificilmente será por essa via que chegaremos a uma redução significativa de emissões de carbono coletiva.

Nesse sentido, paralelamente às soluções tecnológicas, inovações na área de financiamento também estão em curso. Precificação, mercado e taxaço de carbono vêm sendo discutidos no mundo todo por meio de experiências piloto. Das dez maiores economias mundiais, sete já atribuem valor ao carbono, seja em mecanismos de mercado, seja em taxaço direta, cobrindo mais de 12% das emissões globais de gases de efeito estufa.

O comércio de emissões da China, previsto para 2020, mas com intenção de ser antecipado, ultrapassará a União Europeia como a maior iniciativa mundial de preços de carbono. Com isso, o valor anual de implementação de iniciativas de precificação pode passar de US\$ 50 bilhões para US\$ 100 bilhões. Com isso, inúmeras alternativas tecnológicas, que hoje não são viáveis economicamente, passarão a sê-lo. Consequentemente, novos mercados e modelos de negócio surgirão. Neste cenário, um mercado certamente promissor será o de emissões negativas, ou seja, um balanço de carbono em que o total que é capturado e sequestrado é superior ao emitido.

Isso será necessário para que se mantenha o aumento de temperatura média do planeta em no máximo 2 graus no fim deste século, uma vez que mesmo uma redução drástica de carbono não será suficiente. Neste momento, a biomassa passa a ter um valor estratégico adicional em sua cadeia de valor. Isso é possível por meio da geração de energia elétrica com biomassa e posterior captura e armazenagem geológica permanente do carbono emitido, o BioCCS (sigla em inglês para Bio-Energy Carbon Capture and Storage).

Isso tem grande valor para o Brasil, pois, mesmo tendo uma matriz elétrica de baixo carbono, já ocorre o esgotamento de aproveitamentos hidroelétricos com reservatórios. A geração de energia elétrica, eólica e solar sofre com alta variabilidade e baixa previsibilidade, tendo dificuldade, portanto, de atender à totalidade da expansão de oferta de eletricidade.

As termoelétricas a biomassa têm grande potencial de expansão e maior previsibilidade entre as renováveis. O Brasil já liderou o setor de bioenergia por conta do emprego do etanol em motores veiculares e perdeu essa posição para os EUA, hoje o maior produtor de etanol. Desta maneira, a possibilidade de gerar energia elétrica com biomassa poderá trazer novamente o país para uma posição de destaque, especialmente se, aliados à geração elétrica, forem incluídos o sequestro e o armazenamento do carbono gerado na queima.

Emissões negativas de carbono se apresentam, assim, como um novo negócio para as empresas de geração de energia elétrica no Brasil, promovendo liderança nacional nessa tecnologia.

O emprego de BioCCS colocaria o Brasil em uma posição estratégica no esforço de combater as mudanças climáticas e nos futuros mercados de carbono internacionais, além dos benefícios para o desenvolvimento tecnológico nacional.

SUZANAKAHN, professora associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é presidente do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: ALINE BRONZATI CYNTHIA DECLOEDT FERNANDA GUIMARÃES

Título: » Luz.

Coluna do Broadcast

A Unicoba Energia, líder de mercado de iluminação pública com lâmpadas de LED, receberá um aporte de R\$ 30 milhões do fundo Performa Investimentos, cujo principal acionista é o BNDESPar. Os recursos serão destinados à ampliação das operações da companhia e, de quebra, devem impulsionar o setor de iluminação LED no Brasil, que cresce mais de 20% ao ano. Somente em São Paulo, a Unicoba Energia, pertencente ao grupo que leva o mesmo nome, forneceu mais de 75 mil pontos de luz dos cerca de 82 mil existentes, incluindo grandes projetos, como a iluminação dos túneis do Rodoanel, no trecho Oeste, e da Ponte Estaiada (Octávio Frias de Oliveira).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Tarifa pode subir até 3% com venda da Eletrobrás

Estudo da Aneel, que considera sistema em condições normais, sem ações de emergência em tempos de seca, calculou peso da privatização da estatal

O processo de privatização da Eletrobrás terá impacto entre 2,42% e 3,34% nas tarifas do energia pagas pelo consumidor, aponta um estudo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A análise foi realizada a pedido do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, com base em algumas das premissas que o governo vai adotar na reforma do setor elétrico.

Esse impacto considera que toda a energia produzida por 14 hidrelétricas da companhia – hoje remunerada pelo custo – passará a ser vendida a R\$ 250 por megawatt-hora (MWh), um modelo que tem sido chamado de “descotização”. Essas usinas têm garantia de cerca de 8 mil MW. O Ministério de Minas e Energia quer que essa transição ocorra em três anos. Um terço da energia seria descotizada em 2019, um terço em 2020 e um terço em 2021.

Nos cenários analisados pela Aneel, há estimativas que consideram que a energia seria comercializada a R\$ 150 e a R\$ 200 por MWh, em que o impacto tarifário seria menor. O Estadão/Broadcast apurou, no entanto, que o efeito tarifário pode ser ainda menor, pois o estudo levou em consideração o risco hidrológico médio do setor, e não o atual, que está em um nível muito elevado.

Risco hidrológico é o aumento do custo de geração de energia por causa de períodos de seca. Além disso, a disputa nos leilões de energia poder reduzir ainda mais o impacto ao consumidor. Em agosto, a Aneel havia estimado um impacto bem mais alto para a descotização da energia das usinas da Eletrobrás, de até 16,7%.

Na época, a agência reguladora ainda não havia recebido o detalhamento da proposta do MME e considerava que o processo seria feito de uma só vez, em 2018, e não em três anos, entre 2019 e 2021. O estudo considera também as mudanças nas tarifas de transmissão, que passarão por revisão tarifária, a privatização das transmissoras da Eletrobrás e o pagamento de indenizações para essas empresas.

Também foi levado em conta no levantamento o repasse de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que vai amortecer os custos tarifários e a redução das transferências do fundo para a distribuidora da Eletrobrás no Amazonas, após a privatização da empresa.

Queda.

Considerando só o ano de 2019, a descotização da energia das usinas da Eletrobrás deve reduzir as tarifas de energia pagas pelo consumidor.

A estimativa da Aneel é que o efeito fique entre -0,56% e -1,48%. Outro efeito que a privatização da Eletrobrás pode gerar uma receita anual de até R\$ 2 bilhões para os consumidores. A estimativa mais conservadora do Ministério de Minas e Energia prevê que a entrada de recursos seja da ordem de R\$ 800 milhões. A Aneel estima que esses valores podem gerar reduções tarifárias médias de 0,61% a 1,11%.

A simulação considera o orçamento aprovado para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que paga programas sociais e subsídios do setor elétrico. Esse fundo é abastecido por meio de uma taxa que onera a conta de luz de todos os consumidores do País.

Para este ano, o orçamento aprovado foi de R\$ 15,010 bilhões. Com a injeção extra de R\$ 800 milhões, a taxa cobrada dos consumidores seria menor e teria um efeito redutor de 0,61% nas tarifas, em média. Se o valor fosse de R\$ 2 bilhões, a queda média seria de 1,11%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes****Título: Contrato para pré-sal pode ser variável**

Governo estuda manter regime de partilha apenas nas áreas de maior potencial; nas demais, deve valer a concessão nos moldes do pós-sal

O resultado de dois leilões de pré-sal, no mês passado, levou o governo a repensar os regimes de contrato que vai adotar daqui para frente, segundo fontes do Planalto. Num primeiro momento, avaliou acabar com a partilha, criada no fim do governo Lula especialmente para o pré-sal, um tipo de contrato no qual as empresas petroleiras repassam parte da produção à União.

Mas após conseguir ágios superiores a 200% nas licitações, voltou atrás e agora quer manter o regime, só que exclusivamente nas áreas de maior potencial. Para as demais, deve valer a concessão, nos moldes do pós-sal. A alteração do regime de contratação do pré-sal foi defendida na véspera dos leilões pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Com o argumento de que a União ganharia mais com a concessão do que com a partilha, ele prometeu levar o debate ao Congresso. No regime de concessão, a empresa ou consórcio vencedor paga ao Tesouro quase imediatamente o lance oferecido no leilão. Enquanto, no regime de partilha, sai vencedor aquele que se compromete a repassar à União a maior parcela de lucro, em forma de petróleo.

Assim, os ganhos só aparecem na fase de produção, de três a cinco anos depois da licitação. Surpreendeu o governo a disposição das petroleiras, principalmente da Petrobrás, de entregar até 80% dos seus ganhos à União. Além disso, segundo uma fonte, ficou claro o interesse das grandes petroleiras multinacionais no pré-sal – Exxon, Shell, Total, Statoil, Repsol Sinopec e Petrogal levaram áreas na 2.ª e 3.ª Rodadas de Partilha da Produção.

Pelas contas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), ao longo de 30 anos, a atividade nas seis áreas leiloadas vai gerar R\$ 600 bilhões em investimento, imposto de renda e royalty, R\$ 200 bilhões mais que o estimado. De qualquer forma, o debate vai ter de ser levado ao Congresso, porque, para isso, será preciso acabar com a figura do polígono do pré-sal, uma região entre os litorais do Espírito Santo e Santa Catarina.

Pela lei, todo bloco inserido nessa localização deve ser leiloadado sob o regime de partilha. Se conseguir excluir a figura do polígono, o critério usado pelo governo

para definir o regime de contrato do pré-sal passa a ser a qualidade da área licitada.

Sem oferta.

No leilão do dia 27, por exemplo, ficou sem oferta uma área de pós-sal – Sudeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos –, que só foi incluída na licitação porque está localizada na região do polígono.

Esse é um típico bloco que, pela lógica adotada hoje, deveria ser licitado no regime de concessão. O mesmo vale para a outra área que ficou sem oferta, Pau Brasil, no pré-sal da Bacia de Santos. Relatório da consultoria independente Gaffney, Cline & Associates, contratado pela ANP em 2010 e divulgado na página da agência, informa a existência de uma grande quantidade de dióxido de carbono no reservatório, o que complica e encarece a produção.

Sudeste de Tartaruga Verde e Pau Brasil poderão ser leiloados no futuro e a avaliação do potencial pode mudar se alguma empresa declarar uma grande descoberta próxima a eles, segundo fonte do Planalto. Oficialmente, a ANP diz apenas que “as áreas poderão ser incluídas em futuras rodadas”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Privatização da Eletrobras pode elevar tarifa em até 3,34%

A chamada "descotização" da energia da Eletrobras pode ter um impacto tarifário de 2,42% a 3,34% a partir de 2021, de acordo com um estudo elaborado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a pedido do **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

Em sua análise, a Aneel considerou a descotização gradual dos 7,5 gigawatts (GW) médios que a Eletrobras tem atualmente alocados no regime de cotas de garantia física e potência, que remunera os geradores com uma tarifa apenas para operação e manutenção dos ativos.

Os cálculos da agência reguladora dividem o processo em três terços, com a descotização acontecendo em 2019, 2020 e 2021. Com isso, o efeito cheio só será sentido nas tarifas a partir de 2021. Além disso, são usados cenários com a energia sendo recontratada pelos preços de R\$ 150 por megawatt-hora (MWh), R\$ 200/MWh e R\$ 250/MWh.

Além disso, a simulação considerou um custo médio de risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) apurado entre janeiro de 2013 e agosto de 2017. Isso porque, no regime de cotas, o GSF fica alocado no consumidor. Com a descotização, isso vai passar a ser risco do gerador. Se fosse considerado apenas o déficit hídrico deste ano, o efeito tarifário seria menor.

Os cálculos da Aneel combinaram os efeitos tarifários positivos da descotização com outros fatores que mitigam a pressão nos preços, como o ingresso de receitas no fundo setorial Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o reposicionamento das tarifas de transmissão, e a extensão para 30 anos do prazo de pagamento à Eletrobras das indenizações por ativos antigos de transmissão ainda não amortizados.

A descotização dessa energia vai acontecer de forma simultânea à privatização da Eletrobras. Ao mesmo tempo em que a estatal vai fazer um aumento de capital, com diluição da participação da União, a companhia vai utilizar os recursos obtidos para pagar uma outorga e ficar com essa energia descontratada.

Os preços utilizados pela Aneel são apenas estimativas. Como a energia será totalmente descontratada, a Eletrobras vai operar as usinas como produtora independente, cabendo à companhia fazer a melhor gestão de seus contratos. A empresa poderá vender a energia a preços mais altos ou mais baixos do que os do estudo feito pelo regulador.

Toda essa modelagem estará no projeto de lei (PL), em fase final de elaboração pelo governo. Segundo o **Valor** apurou, a expectativa é que o documento saia amanhã do MME com destino à Presidência da República. Assim, chegará no Congresso na próxima semana. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM - RJ), se comprometeu a pedir urgência na tramitação do projeto de lei.

Já está na Presidência o texto da medida provisória que vai trazer a solução legal pra acabar com a judicialização referente ao risco hidrológico. Além de fazer os ajustes legais necessários para permitir a adesão dos geradores hidrelétricos à proposta para equacionar a guerra de liminares do déficit hídrico, a MP vai trazer também alguns ajustes nas distribuidoras da Eletrobras, a fim de facilitar o processo de privatização das companhias. Um ponto será equacionar o descasamento nos contratos de gás da termelétrica de Mauá 3, da Eletrobras, que tem 570 megawatts (MW) de potência. Nas condições atuais, a usina, que pertence à Amazonas Energia, é considerada pouco eficiente.

A MP vai solucionar o problema no contrato de gás com a Petrobras, abrindo a possibilidade de que a usina seja avaliada por um valor maior. A ideia é que a

Amazonas Energia possa transferir o ativo à petroleira, abatendo uma parte da dívida bilionária que a distribuidora de energia tem com a empresa referente justamente ao fornecimento de combustíveis para geração de energia, e que é o principal obstáculo à privatização da companhia amazonense.

Outro ponto é que, embora a Eletrobras atenda a carga dos Estados de Rondônia e Acre, ela não é remunerada adequadamente, porque a Aneel não pode considerar toda a carga atendida sem previsão legal para isso. A MP vai fazer essa alteração.

No início da semana, o governo federal tinha decidido editar outro projeto de lei para tratar do GSF, mas, na tarde de terça-feira houve uma mudança de planos. O governo tem urgência na aprovação dessa MP, devido à gravidade do problema do GSF, que pode chegar a custar mais de R\$ 15 bilhões às hidrelétricas neste ano, e também para permitir que as distribuidoras da Eletrobras possam ser privatizadas no primeiro trimestre do ano que vem.

Está em elaboração ainda um terceiro PL, que vai tratar da reforma do setor elétrico, e deve ir ao Congresso nas próximas semanas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito/Rio

Título: BNDES prevê desembolsos de R\$ 13,3 bi para energia neste ano

O BNDES prevê atingir desembolsos de R\$ 13,3 bilhões para o setor de energia no Brasil neste ano. O valor representa crescimento de 44%, em relação ao total destinado a financiamentos no em 2016, mas apenas 17,3% do projetado pelo banco para 2017 (R\$ 77 bilhões).

O salto em relação ao total de desembolso para o setor de energia em 2016, segundo Marcus Cardoso, gerente do departamento de Energia Elétrica do BNDES, será puxado principalmente por projetos de energias renováveis alternativas, com destaque para as eólicas.

De janeiro a setembro deste ano, os desembolsos do banco para o setor de energia alcançaram R\$ 9 bilhões. Em termos de aprovações, no período, o total foi de R\$ 11,7 bilhões, dos quais R\$ 7 bilhões para empreendimentos de energia eólica e R\$ 530 milhões para um projeto de energia solar fotovoltaica.

Segundo Cardoso, o setor de energia é um dos prioritários para o BNDES. "O setor é bem importante. São projetos que têm uma externalidade muito grande na economia", afirmou ele a jornalistas, após participar de apresentação

promovida pela EDF Energies Nouvelles, no Rio. A expectativa do banco é que 149 projetos de energia sejam contemplados com os desembolsos de R\$ 13 bilhões.

Segundo Cardoso, o banco divulgará amanhã as condições de financiamentos para empreendimentos do leilão de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e dos leilões de energia A-4 e A-6, marcados para dezembro.

O leilão de transmissão está marcado para 15 de dezembro. O leilão A-4, que negociará contratos com início de fornecimento de energia em 2021, está previsto para 18 de dezembro. E em 20 de dezembro será realizado o leilão A-6, que negociará contratos com início de suprimento em 2023.

Com relação às condições de financiamento para os projetos de energias renováveis dos leilões A-4 e A-6, Cardoso disse que ainda não está definido se será por Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou pela nova TLP. Há algumas semanas, porém, a superintendente da área de energia do banco, Carla Primavera, contou que o financiamento para os projetos de energias renováveis dos dois leilões seria feita por meio da TJLP. Para o leilão de transmissão, o financiamento será a taxa de mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Bruno Villas Bôas | Do Rio

Título: Reajustes de preço do GLP afetam também a indústria

O custo do botijão de gás de cozinha aumentou, em média, R\$ 7,80 para as famílias brasileiras desde junho, quando a Petrobras lançou sua nova política de preços para o gás liquefeito de petróleo (GLP), atrelada às flutuações do mercado internacional. Os recentes reajustes anunciados pela estatal não se limitam, no entanto, aos consumidores residenciais e chegam também às indústrias e comércio.

No mercado de GLP, existem basicamente dois grandes segmentos: o P-13 (botijão de 13 quilos, vendido sobretudo para residências); e o gás a granel, (modalidade que prevê a instalação de um tanque fixo, em geral em indústrias e comércio, recarregado periodicamente por caminhões de abastecimento).

Embora a Petrobras não tenha anunciado uma política de preços para o GLP a granel, a companhia vem praticando reajustes mensais para o produto. Desde junho, a alta acumulada dos preços nas refinarias é de 26%. Para efeitos de comparação, a estatal já reajustou em 54% o P-13 nas refinarias no mesmo período.

"De alguma forma, mesmo que não necessariamente na íntegra, esse reajuste é repassado para o consumidor. O aumento dos preços do GLP pesa mais no bolso das famílias, porque elas são mais sensíveis às variações, mas a indústria e o comércio também sentem", diz o diretor de Energia e Óleo e gás da Accenture Strategy, Daniel Rocha.

Ele destaca que, no curto prazo, a inflação do gás pode levar clientes industriais, sobretudo os menores, a migrarem para combustíveis alternativos, como a lenha.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás), Sérgio Bandeira de Mello, a elevação dos custos do GLP compromete a competitividade do gás frente aos combustíveis concorrentes (gás natural e lenha, por exemplo) e a própria competitividade da indústria nacional.

O setor, de acordo com ele, está incomodado com o fato de que, enquanto o P-13 é comercializado nas refinarias, pela Petrobras, 7% abaixo da paridade internacional, o gás a granel é vendido com um prêmio cerca de 40%, em relação ao mercado internacional.

"É excessivo", afirma Bandeira de Mello, que alega que, diante da elevação dos preços da Petrobras, distribuidoras têm optado, em geral, por absorver parte dos reajustes. Segundo o Sindigás, a margem da distribuição caiu 11% entre setembro de 2016 e 2017.

Já no caso do P-13, os reajustes praticados pela Petrobras nas refinarias chegaram aos consumidores residenciais na forma de uma alta média de 13,6% no preço do botijão - de R\$ 57,26 no início de junho para R\$ 65,08 na primeira semana de novembro, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

De acordo com economista André Braz, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), o gás de botijão tem peso mais no orçamento das famílias de baixa renda acompanhadas pelo Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), que recebem de um a 2,5 salários mínimos mensais. Por isso, são também as mais afetadas.

Braz acrescenta que a infraestrutura de gás encanado normalmente está presente apenas nas áreas que concentram moradores de maior renda nas cidades. Por isso, o gás natural tem peso de 0,01% no IPC-C1.

O economista, contudo, considera benéfica a nova política de preços da Petrobras. "Nos últimos meses tivemos furacão nos EUA, desvalorização do real, alta do barril de petróleo. Isso contribui para alta do preço do gás. Dá

previsibilidade. Antes, tinha-se a política de reter reajustes e conceder nos momentos que o governo se sentisse mais confortável", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Robin Wigglesworth e Ed Crooks | Financial Times, de Nova York

Título: Macri pede que EUA deixem de comprar petróleo da Venezuela

O governo Trump deveria endurecer drasticamente suas sanções à Venezuela, impondo um embargo total às exportações de petróleo do país para os EUA, de acordo com o presidente da Argentina, Mauricio Macri. Ele acrescentou que a iniciativa receberia amplo apoio em toda a América Latina.

O presidente Donald Trump já impôs uma série de sanções financeiras à Venezuela e a membros de seu governo no terceiro trimestre deste ano. Entre elas, proibiu qualquer instituição americana de emprestar mais dinheiro ao país. Mas evitou adotar novas medidas draconianas, como o embargo total sobre as exportações venezuelanas de petróleo para os EUA.

Em vista do agravamento da situação da Venezuela, o governo americano deveria, "sem sombra de dúvida", lançar uma proibição abrangente ao petróleo exportado pelo país para os EUA, disse o presidente argentino em entrevista concedida ao "Financial Times" em Nova York na noite de terça-feira.

"Acho que deveríamos partir para um embargo total do petróleo", disse Macri. "As coisas pioraram ainda mais. Agora a situação é realmente dolorosa. A pobreza está subindo e as condições de saúde estão piorando todos os dias."

O presidente da Argentina é o primeiro líder latino-americano a defender abertamente essa dura medida. Mas Macri, um político de centro-direita que conseguiu transformar a Argentina de uma pária internacional em uma das estrelas emergentes da América Latina, disse que haverá "amplo apoio" na região a essa medida draconiana, apesar das dificuldades que ela acarretará.

"Falamos nisso muitas vezes com muitas pessoas nos últimos trinta dias", disse ele ao "FT".

A crise econômica e financeira da Venezuela se aprofundou nos últimos tempos. Prova disso é que o presidente Nicolás Maduro anunciou, na semana passada que o país não poderia mais pagar os juros de sua dívida externa e convocou detentores de bônus para negociações em Caracas na semana que vem, para discutir uma reestruturação da dívida. Analistas preveem que a medida

resultará num calote desordenado nos próximos dias, o que deteriorará ainda mais uma situação já precária.

Considera-se pouco provável que os EUA barrem toda a importação de petróleo da Venezuela, já que isso causaria significativo desabastecimento no setor de refino americano. As importações de petróleo venezuelano têm sido de aproximadamente 800 mil barris/dia, o que corresponde a cerca de 8% do total do petróleo importado pelo país no ano passado.

A Citgo, a subsidiária americana de transporte, refino e distribuição da estatal venezuelana PDVSA, é um grande comprador do petróleo do país e emprega 3.500 pessoas em três refinarias nos Estados de Luisiana e Texas.

Em agosto, senadores de Estados que abrigam refinarias na costa do Golfo do México escreveram a Trump alertando que "sanções unilaterais" à Venezuela "poderão prejudicar a economia americana, enfraquecer a competitividade de nossas empresas e elevar os custos para os nossos consumidores".

No entanto, o senador democrata Bill Nelson, da Flórida, escreveu na terça-feira uma carta aberta ao secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, conclamando-o a impor sanções mais rígidas ao regime venezuelano e a examinar também a possibilidade de proibir as importações de petróleo daquele país.

"A PDVSA deveria ser fonte de riqueza para o povo venezuelano, mas, devido à corrupção do governo socialista e a anos de má gestão, ela se tornou fonte de dinheiro para forrar os bolsos de Maduro e seus apaniguados", escreveu o senador. "Estimulo o senhor [Trump] a buscar o apoio dos nossos aliados europeus também na imposição de sanções tanto direcionadas quanto setoriais ao regime venezuelano."

O Grupo de Lima, bloco regional de países formado no terceiro trimestre deste ano para pressionar a Venezuela a realizar eleições livres, disse, no fim do mês passado, que poderiam ser necessárias mais sanções para isolar o regime e acelerar uma volta à democracia.

"Se necessário, temos de aumentar a pressão ao regime de Maduro pela tomada de medidas concretas para isolá-lo ainda mais da comunidade internacional", disse Chrystia Freeland, ministra das Relações Exteriores do Canadá, na mais recente reunião do grupo, realizada em Toronto.

Macri disse que o grupo de Lima está fazendo um "bom trabalho" ao exercer pressão diplomática sobre a Venezuela. Mas "isso é tudo que podemos fazer. Os EUA podem fazer mais", disse. "Eu cortaria os recursos de Maduro e manteria [o país] isolado do resto da comunidade."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Taesa vai disputar grandes linhas em leilão**

Maior transmissora de energia privada, em receita anual permitida (RAP), de R\$ 2,8 bilhões, a Taesa, empresa controlada pela mineira Cemig e a colombiana ISA, está estudando para quais lotes pretende participar no próximo leilão de linhas de transmissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), marcado para 15 de dezembro. O certame envolverá 11 lotes, que demandarão investimentos estimados em R\$ 8,9 bilhões.

O foco da companhia no leilão, explicou Marcus Aucélio, diretor Financeiro da empresa, são os cinco maiores lotes, que representam cerca de 80% do total de investimentos previstos no certame, para o qual o executivo prevê menos participantes, porém competidores de maior porte.

"Estamos nos preparando para receber propostas dos construtores. E aí começaremos a definir quais são os melhores lotes para disputarmos. Dado ao tamanho dos lotes, é um leilão bom para nós participarmos, porque temos balanço e experiência para isso", afirmou o Aucélio ao **Valor**, destacando ainda o potencial de sinergia dos lotes com empreendimentos do grupo, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Segundo ele, a Taesa poderá participar tanto sozinha quanto em parceria.

Nos últimos três leilões de transmissão, a Taesa arrematou seis lotes, sozinha ou em parcerias. Esses lotes, somados a um lote vencido em um leilão da Aneel em dezembro de 2013 demandarão investimentos da ordem de R\$ 4,6 bilhões, dos quais R\$ 3 bilhões relativos à parte da companhia. Desse total, R\$ 500 milhões deverão ser investidos em 2018.

Com um R\$ 1 bilhão em caixa e baixo nível de endividamento (1,57 vez a dívida líquida sobre o Ebitda), a Taesa tem fôlego para disputar os leilões e realizar aquisições no setor, afirmou Aucélio.

"Quando olhamos o nosso balanço, temos balanço para fazer tanto M&As [sigla em inglês para fusões e aquisições] quanto para ir aos leilões", disse o executivo.

Na área de aquisições, os alvos da companhia continuam sendo os ativos da Eletrobras e da Abengoa. Com relação às linhas em operação da transmissora espanhola, a Taesa aguarda a homologação pela Justiça do plano de recuperação judicial da empresa, o que permitirá a realização do leilão dos

ativos da empresa em 30 dias. A expectativa, explicou Aucélio, é que o leilão ocorra entre dezembro deste ano e janeiro de 2018.

Sobre a Eletrobras, a Taesa está de olho na participação em 31 sociedades de propósito específico (SPEs) que a estatal elétrica pretende colocar à venda. "Estamos aguardando para ver como vai ser este modelo [de venda]", disse Aucélio, que se mostrou animado com o decreto publicado na última semana com as diretrizes para desinvestimentos de sociedades de economia mista, o que deve acelerar o processo.

Se o volume em caixa e a redução do endividamento líquido (no terceiro trimestre de 2016, o nível de alavancagem era de 2,1 vezes) foram os destaques positivos do resultado da companhia no terceiro trimestre, pesaram contra a deflação registrada no período, pelo IGP-M (principal índice das RAPs da companhia), e a queda de 50% do valor da RAP das linhas cujas concessões atingiram o 16º ano. Assim, o lucro no terceiro trimestre recuou 55% ante igual período de 2016, para R\$ 97,3 milhões.

Segundo Aucélio, porém, considerando o cenário macro, o resultado da empresa no terceiro trimestre já mostrou melhora em relação ao do trimestre anterior, com um crescimento de 35,1% no lucro líquido. A perspectiva, considerando apenas a expectativa de inflação, é de um resultado melhor no quarto trimestre do ano.

A queda da RAP das linhas de que atingiram o 16º ano de concessão influenciou a receita líquida regulatória da empresa, que recuou 4,5% ante o terceiro trimestre de 2016, para R\$ 417 milhões. Na mesma comparação, o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) regulatório caiu 8,4%, para R\$ 362,6 milhões.

No aspecto operacional, o diretor destacou que a parcela variável de penalidades por indisponibilidade das linhas recuou 58%, para R\$ 9,3 milhões. A Taesa fechou o trimestre com índice de disponibilidade recorde de 99,99%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: EDF vai priorizar projeto novo no Brasil

A elétrica francesa EDF está olhando oportunidades de aquisição de ativos de geração de energia no Brasil, como os planos de desinvestimentos da Cemig e da Petrobras, mas a prioridade do grupo é crescer no Brasil pelo desenvolvimento de empreendimentos novos, segundo avaliação do vice-

presidente da divisão internacional da EDF para as Américas do Norte e do Sul, Philippe Castanet.

"Olhamos as oportunidades", disse o executivo a jornalistas, após ser perguntado sobre o interesse da empresa nos programas de desinvestimentos da Cemig e da Petrobras.

"Avaliamos qualquer tipo de oportunidade que permita crescer no Brasil. Aquisições fazem parte, mas temos que considerar o que faz sentido para nós", explicou Yann des Longchamps, presidente da EDF no Brasil.

Longchamps disse que a EDF tem interesse em desenvolver projetos de geração termelétrica a gás natural no país, mas que é preciso equacionar a questão do suprimento do energético para novas usinas. "Estamos olhando projetos 'greenfield' [a partir do zero], mas temos que ver a situação do suprimento de gás natural."

No país, o grupo já possui uma termelétrica a gás, a EDF Norte Fluminense, de 826 megawatts (MW), em Macaé (RJ). A companhia também tem 51% de participação na hidrelétrica de Sinop, de cerca de 400 MW, em construção em Mato Grosso, em parceria com Chesf (24,5%) e Eletronorte (24,5%), duas subsidiárias da Eletrobras.

E, na área de energias renováveis alternativas, a EDF Energies Nouvelles, subsidiária do grupo, possui 350 MW de projetos eólicos e solares em operação e outros 250 MW em construção no Brasil, que contabilizam investimentos de R\$ 3 bilhões.

Segundo informou Paulo Abranches, diretor-geral da EDF EN no Brasil, a empresa espera obter nas próximas semanas a aprovação do BNDES para o financiamento dos projetos de geração de energia solar fotovoltaica de Pirapora 2 e 3, em Minas Gerais. Os dois empreendimentos, que somam 207,5 megawatts-pico (MWp) de capacidade, já têm o financiamento enquadrado no banco estatal.

Nessa área de energias renováveis alternativas, a companhia não tem planos de aquisições, afirmou Bruno Fyot, diretor global de operações da EDF EN.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Encomenda da ABB cresce 18% no país

A gigante industrial suíço-sueca ABB está otimista com a retomada da economia brasileira. A previsão do grupo, que fornece tecnologias para concessionárias de serviço público, indústrias e o setor de transportes e infraestrutura, com faturamento anual da ordem de US\$ 33 bilhões, é ampliar o volume de negócios em todos os segmentos em que atua no país nos próximos anos.

Um sinal interessante é que no terceiro trimestre deste ano a ABB observou um aumento de 18% das encomendas totais no país em relação a igual período do ano passado. Na mesma comparação, o volume de pedidos totais do grupo mundialmente cresceu 5%, enquanto o total de encomendas na região das Américas avançou 4%.

"Os últimos anos foram desafiadores para o Brasil, na perspectiva econômica. Mas temos um compromisso de longo prazo. Se olharmos para o desenvolvimento do país nos próximos anos e os três setores em que estamos atuando, há um futuro brilhante e uma tremenda oportunidade para o Brasil formar um novo nível de competitividade", afirmou o presidente mundial do grupo, Ulrich Spiesshofer, em entrevista ao **Valor**.

O executivo esteve no Brasil esta semana para as comemorações dos 105 anos de atividades da companhia no país e para o lançamento da "ABB Ability", ferramenta de soluções digitais para melhorar a eficiência e a produtividade da indústria. A expectativa do grupo é que as soluções digitais adicionem US\$ 20 bilhões em sua receita anual.

"Se olharmos as oportunidades à frente, em concessões de serviços públicos, indústria e transporte e infraestrutura, todos os segmentos estão previstos para crescer [no Brasil] e a ABB tem ambição de crescer, não só com o mercado, mas continuamente ganhando 'market share' [participação de mercado]", afirmou o executivo.

"O Brasil é um mercado importante para nós", afirmou Greg Scheu, presidente da ABB para as Américas, que acompanhou Spiesshofer em sua visita ao Brasil.

Os dois executivos estão confiantes com relação aos leilões de linha de transmissão e de geração de energia previstos para o fim do ano. Eles se reuniram no início da semana com potenciais clientes que deverão participar dos leilões. "Conversamos com alguns participantes potenciais [dos leilões] nos últimos dias".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Juliana Machado | De São Paulo****Título: Realização recente afeta ações que mais subiram no ano**

A tese de que o recuo mais recente da bolsa de valores brasileira representa uma realização de lucros encontra subsídio na análise setorial, já que são justamente os grupos de empresas que mais andaram no ano os que apresentaram as quedas mais relevantes desde que o Ibovespa começou a dar sinais de cansaço. No entanto, a magnitude da baixa não anula os ganhos que as empresas vinham colhendo no ano, demonstrando que, apesar dos investidores mostrarem mais cautela, ainda não existe uma reversão do cenário para ativos locais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras volta a fazer publicidade**

A Petrobras pretende lançar nesta semana uma campanha de reposicionamento de sua marca. Com isso, a estatal busca valorizar a capacidade técnica da empresa e, assim, poder resgatar a reputação da petroleira, que esteve nos últimos anos no centro das investigações da Operação Lava-Jato e teve sua imagem desgastada pelos casos de corrupção denunciados.

O logotipo da companhia está mantido sem alterações. Segundo o gerente executivo de Comunicação e Marcas da Petrobras, Bruno Motta, no entanto, a nova campanha marca a "virada significativa" na imagem da empresa. Ele relata que, nos últimos anos, a companhia passou por um "período de introspecção", mas que agora se prepara para um novo momento, "mais ativo" na comunicação.

O último reposicionamento da petroleira nessa área foi feito em 2003, durante as comemorações dos 50 anos da empresa.

"Passamos os últimos anos falando muito pouco para fora, voltados para dar satisfações por tudo o que aconteceu", disse o gerente, em referência ao esquema de corrupção investigado pela Lava-Jato.

Desenvolvida pela agência DPZ&T, a campanha, intitulada "Uma jornada pelo conhecimento" será vinculada a partir de sábado (11) até o fim de dezembro, em canais de TV, peças em revistas, internet e mídias exterior e aeroportuária.

Segundo a Petrobras, uma das propostas da campanha é ressaltar a curiosidade e busca pelo conhecimento como elementos que unem cientistas e crianças e convidar a sociedade a adotar uma postura "curiosa e inventiva".

"Se pudéssemos comparar com a vida e uma pessoa, [a Petrobras] foi alguém que passou por um trauma muito grande, saiu da UTI para uma unidade semi-intensiva e começa a falar sem a ajuda de aparelhos. Mas temos uma característica, que é a nossa resiliência", disse o gerente de Marcas, Publicidade e Mídias, Eraldo Carneiro.

Motta evitou detalhar os valores envolvidos na campanha, mas disse que a Petrobras pretende manter estável os atuais patamares de orçamento em publicidade - o teto anual para a área, hoje, é de R\$ 220 milhões.

Questionado se a companhia pretende lançar também um reposicionamento da marca BR, ele disse que a publicidade da distribuidora seguirá um "movimento de alinhamento" com a da holding - que desde o último ano passou a ser remunerada pelo uso da marca BR.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De Cancún (México)

Título: ArcelorMittal negocia com Cade fusão com Votorantim

A ArcelorMittal está otimista sobre conseguir a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a fusão de seus ativos de aços longos no Brasil com a Votorantim Siderurgia. De acordo com Jefferson de Paula, presidente da área de longos na América do Sul, Central e no Caribe, já foram oferecidos paliativos ao potencial de concentração de mercado e agora esses "remédios" são discutidos com a autarquia.

O executivo explica que a grande preocupação do Cade quanto à fusão é sobre a presença em alguns mercados de produtos específicos da empresa resultante. Como as conversas ainda estão em curso, ele disse que não pode dar detalhes sobre o escrutínio do órgão, mas que não deve demorar para que a análise tanto da concentração quanto da solução oferecida por ela seja melhor definida.

Segundo fontes, após a união, os produtos com maior concentração de mercado da ArcelorMittal Aços Longos seriam os perfis de aço. A nova companhia também teria produção relevante, contudo, de vergalhões e barras. Ainda não está claro qual seria o caminho preferido pelo Cade para aceitar a fusão.

De Paula disse ainda que, ao contrário do segmento de planos, que já vivencia uma certa recuperação no Brasil, os aços longos ainda sofrem com a falta de projetos de infraestrutura e poucos lançamentos da construção civil. Desde 2013, o consumo de aços longos ficou quase um terço menor no país. No ano que vem, a expectativa é que novas obras ajudem a elevar em 4% a demanda por esse tipo de material.

"Tradicionalmente a construção responde por 60% a 63% do consumo de aços longos", comenta o executivo. "Por enquanto, a indústria impede que a demanda caia mais, mas em 2018 já vemos melhora da construção."

Por outro lado, a divisão de planos do grupo no Brasil tem surfado a recuperação desse mercado - e com desempenho acima da média. De acordo com Benjamin Baptista, presidente da ArcelorMittal Brasil, as vendas internas do segmento crescem cerca de 5% em 2017 até agora, ante aproximadamente 4% do setor como um todo.

Em 2018, a expectativa é que a recuperação de aços planos se intensifique, podendo até elevar a importância do Brasil dentro do mix de vendas da companhia. "Hoje nossas unidades no Brasil exportam cerca de 65% e vendem os 35% restantes internamente", declarou Baptista. "No ano que vem acreditamos que o mercado vai se recuperar mais rápido e, por isso, provavelmente a participação do mercado interno vai aumentar."

Assim como o restante do setor, ele explica que principalmente a demanda automotiva melhorou o desempenho em 2017, à medida que as montadoras exportam mais veículos. O consumo para a fabricação de máquinas agrícolas no começo do ano também ajudou a impulsionar as vendas, acrescentou.

Quanto ao comportamento dos preços internacionais do aço - que são o termômetro para reajustes no Brasil -, o grupo, o maior da siderurgia mundial, acredita em estabilidade no próximo ano. Batista ressalta, todavia, que as cotações do minério de ferro e do carvão, de difícil previsão, vão balizar as do aço.

Repórter viajou a convite do Instituto Aço Brasil

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Venda de aços especiais ajuda balanço da Gerdau

O balanço do grupo Gerdau no terceiro trimestre, divulgado ontem, teve forte impacto positivo do negócio de aços especiais - nos Estados Unidos e Brasil -, fruto da recuperação do setor automotivo em todos os países onde a siderúrgica atua. No mercado americano, também o setor de óleo e gás contribuiu para aumento das vendas e da receita.

De julho a setembro, a produção nessa unidade foi de 580 mil toneladas, alta de 25,8% na comparação anual, com vendas de 525 mil toneladas (mais 20,1%).

A receita líquida trimestral subiu 18,9%, para R\$ 1,65 bilhão, e o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) totalizou R\$ 341 milhões, aumento de 46,4% na comparação com um ano atrás.

As vendas de automóveis e veículos leves no Brasil vêm registrando expansão no ano, com retomada da demanda interno e do aumento de exportações, conforme dados da Anfavea, entidade do setor (*ver página B4*).

Nessa área de negócios, a margem bruta teve melhora importante na comparação anual, de 4,3 pontos percentuais, para 17,5%, principalmente por causa da maior rentabilidade nas unidades do Brasil e dos Estados Unidos.

O grupo encerrou o trimestre com lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de R\$ 134,77 milhões, uma alta de 46,73% na comparação anual, beneficiada também por menor despesa financeira líquida. O lucro consolidado ficou em R\$ 144,8 milhões, maior 52,2%.

Na linha financeira, teve resultado negativo de R\$ 254 milhões, comparável a R\$ 497 milhões negativos um ano antes, refletindo sobretudo o impacto positivo da variação cambial na dívida contratada em dólar. Em 30 de setembro, sua dívida líquida estava em R\$ 13,6 bilhões, queda de 6,4%, equivalente a 3,4 vezes o Ebitda em 12 meses - no fim do segundo trimestre, a alavancagem financeira era de 3,6 vezes.

De julho a setembro, a receita líquida da companhia atingiu R\$ 9,48 bilhões, maior 8,9%, na esteira de maiores volumes vendidos nas unidades de negócio América do Norte e Aços Especiais. O Ebitda por sua vez, de R\$ 1,09 bilhão, registrou queda de 5,6%, com margem de 12,3% (ante 13,8% um ano antes).

Em números consolidados, a produção de aço bruto alcançou 4,06 milhões de toneladas no terceiro trimestre, com crescimento de 4,3% na comparação anual, enquanto as vendas subiram 5,4%, a 3,87 milhões de toneladas.

A unidade de negócios Brasil, que não inclui aços especiais) teve aumento de 9,2% na receita líquida, somando R\$ 3,24 bilhões. Contribuiu a recuperação das vendas no mercado interno. Todavia, o Ebitda registrou recuo de 21,7%, para a

R\$ 458 milhões, sob a pressão do maior custo das matérias-primas, informou a empresa.

A produção de aço bruto no país foi de 1,57 milhão de toneladas, queda de 5,9%. Porém, as vendas de aços longos subiram 6,9%, para 1,126 milhão de toneladas. Já as de aços planos caíram 15,6%, a 362 milhões de toneladas. No total, subiram apenas 0,4% no trimestre, a 1,49 milhão de toneladas - mais 5% no volume comercializado no mercado doméstico e queda de 7,2% nas exportações.

Segundo a Gerdau, a melhora no país foi puxada pelo setor industrial. O recuo na exportação se deveu à menor rentabilidade gerada por custos maiores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos e Daniela Chiaretti | De São Paulo

Título: Refinarias da Petrobras poderão emitir certificados no RenovaBio

O marco regulatório que implementará o RenovaBio e está na Casa Civil sofreu um acréscimo e passou a prever que as refinarias de petróleo instaladas no Brasil também poderão emitir certificados de descarbonização (CBios), caso suas emissões de gases de efeito estufa sejam menores do que a média global. Essa possibilidade entrou no projeto duas semanas atrás, após sugestão da Petrobras.

A medida desestimularia as importações de gasolina, que desequilibram a balança comercial e provocam, indiretamente, maior emissão por causa do transporte marítimo, segundo uma fonte a par do tema. A Petrobras confirmou que fez o pedido, mas disse que não iria comentar.

Empresas certificadoras vão analisar as refinarias que se interessarem. Elas serão comparadas a uma média global, apurada por estudos acadêmicos internacionais, segundo a mesma fonte. A adesão das refinarias ao RenovaBio não será obrigatória, assim como não será para os produtores de biocombustíveis.

A alteração acomoda o interesse da Petrobras, que até então vinha mantendo postura cautelosa ante o RenovaBio. Em junho, o presidente da empresa, Pedro Parente, disse que as metas de descarbonização precisavam ser "realistas" e que o RenovaBio precisava ser compatibilizado com o programa Combustível Brasil, voltado à promoção do refino.

Segundo o deputado Evandro Gussi (PV), presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel, "o setor entendeu como justa" a inclusão das refinarias, uma vez que o RenovaBio busca "reduzir as emissões do setor de combustíveis".

Também está em discussão a inclusão de mecanismo que preveja limitação dos CBios em caso de pressão inflacionária. Há possibilidade de incluir o Banco Central nessas definições, junto ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), disse.

O presidente Michel Temer estaria disposto a lançar o programa até sexta-feira, segundo outra fonte. Ainda não está definido, porém, se o programa será encaminhado como Medida Provisória ou Projeto de Lei.

A bancada parlamentar havia cobrado do governo uma definição até ontem, mas até a noite não havia recebido resposta. Segundo Gussi, a alternativa deve ser a apresentação de um PL em regime de urgência pela bancada.

O presidente da Câmara Rodrigo Maia manifestou sua resistência em pautar a votação de MPs alegando que estão sendo editadas em número excessivo pelo governo. Mas, segundo uma fonte do governo, a essa altura, a forma de encaminhar o programa não faria muita diferença.

O setor de biocombustíveis e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) esperam um encaminhamento rápido para que o programa seja anunciado na rodada de negociações climáticas em Bonn (Alemanha), a COP-23. Está agendado um painel sobre o tema no dia 14.

"O MMA está empenhado em demonstrar, na COP-23 em Bonn, as ações que reforçam o compromisso do Brasil com a implementação do Acordo de Paris. Seria muito positivo se pudéssemos anunciar, na COP, algumas medidas concretas, tais como a RenovaBio", disse Everton Lucero, secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mandl | De São Paulo

Título: Oferta da Neoenergia pode girar R\$ 2,856 bi

A companhia elétrica Neoenergia deu a largada para o processo de listagem na bolsa de valores. Em anúncio publicado na tarde de ontem, a empresa informou que pretende vender suas ações com preço entre R\$ 15,02 e R\$ 18,52. O preço final será determinado no dia 14 de dezembro.

No ponto médio da faixa indicativa de preço, a oferta da Neoenergia pode movimentar R\$ 2,856 bilhões, sem considerar a venda de lotes extras de ações que companhia ainda pode oferecer. A oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) tem como objetivo levantar recursos novos para a Neoenergia e também para dois de seus acionistas, o Banco do Brasil e a Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB).

O IPO pode gerar R\$ 1,155 bilhão em dinheiro novo para o caixa da companhia, dinheiro que deve ser aplicado principalmente em investimentos na área de distribuição, mas os segmentos de transmissão e geração também ficarão com uma fatia disso.

Maior acionista vendedor dessa oferta inicial de ações, o BB pode levantar R\$ 1,567 bilhão e reduzir sua participação de 9,35% para 0,37%. Para o BB, a venda das ações da Neoenergia é uma forma de reforçar sua capitalização. O banco tem procurado vender ativos que são considerados como não estratégicos.

A Previ deve vender R\$ 134 milhões e diminuir a sua participação para 33,84%, dos atuais 38,21%. Outra sócia da companhia, a Iberdrola não venderá os seus papéis.

Ao mesmo tempo, todos os acionistas da Neoenergia, principalmente a Iberdrola, vão capitalizar a companhia com créditos que possuem contra ela, incluindo dividendos declarados e não pagos de R\$ 1,5 bilhão.

No caso da Iberdrola, esses créditos se devem à aquisição das elétricas Cosern e Coelba pela Neoenergia, ambas em 2015.

A Neoenergia afirma que, caso o preço da ação fique abaixo do ponto médio da faixa indicativa e os recursos obtidos com a oferta primária fiquem abaixo de R\$ 1,1 bilhão, a companhia poderá vender ações adicionais até alcançar o montante de, no mínimo, R\$ 1,1 bilhão.

Os bancos BB, Credit Suisse, Morgan Stanley, Bank of America Merrill Lynch, Bradesco BBI, Citi, Itaú BBA, J. Safra e Santander coordenam a operação.

MME / ASCOM .